A Comissão encarregada de estudar o mercado de 35 mm lembrou a função cultural, política e econômica do curta e sua função como elemento humanizador do ser social que ora enfrenta campanha sistemática de descrédito. Foram denunciados os interesses de empresas comprometidas com "os programas colonizadores" e o uso de uma entidade sempre invocada na campanha difamatória. A tal da "qualidade" em nome da qual, explica o relatório, "muitas de nossas melhores, mais autênticas e conseqüentes realizações foram sistematicamente alijadas de sua extensão natural com o público". Sugere-se a não interferência da Embrafilme na produção de curtas-metragens e sua atuação direta no mercado exibidor e implantação de um novo sistema de distribuição. Entre os outros tópicos relacionados estão o fortalecimento do departamento de curta-metragem da empresa oficial, instrumentalização efetiva para fiscalização e controle, modificação no método de adiantamento, centralização da distribuição pela Embrafilme e criação e fortalecimento das representações regionais.

Na área da TV o grupo encarregado pouca coisa tinha a fazer do que transmitir o estranhamento pela demora de entrada em vigor, após o prazo estabelecido por lei, da portaria 308 que regula a exibição do curta. Finalmente, a comissão que estudou as formas alternativas de produção e exibição pediu, entre outras reivindicações, o apoio e fortalecimento das cooperativas, criação de unidades volantes para implantação de circuitos populares de exibição em pontos não convencionais.

Todas as sugestões e propostas visaram em última instância preservar e estimular aquele que seria o traço peculiar ao curta-metragem: a liberdade de concepção, de realização, de linguagem, principalmente se confrontado com o longa, que, atrelado à investimentos vultuosos, se orienta segundo padrões de gosto definidos por uma hipotética média da população. Mas há nessa discussão toda acerca do curta um evidente monopólio em torno das relações entre realizadores e a Embrafilme com o deslocamento do tema mercado paralelo a um plano secundário, antes de qualquer avaliação sobre seu verdadeiro potencial. Isso já provoca apreensões em todos os sentidos haja visto os recentes acontecimentos que envolveram o seqüestro de 66 filmes na sede da Dinafilme em São Paulo.

Uma maior atenção ao dispositivo paralelo talvez surja como antídoto à adoção de padrões estéticos impostos pelo mercado comercial. Não é gratuito por exemplo que na Jornada se visse entre os filmes concluídos recentemente um suspeito atendimento às sugestões de não ultrapassar a marca de dez minutos de duração, ou então cuidados excessivos com os letreiros e acabamento, como se o curta nacional já tivesse resolvido seus problemas crônicos de linguagem.

A verdade é que, se por um lado o curta-metragem brasileiro vem cobrindo – bem ou mal, não importa – o universo social em suas diversas manifestações, dos problemas de habitação no Pará até as recentes greves no politizado ABC paulista, somente agora é que ele parece se descondicionar de alguns tiques, que já se tornavam irritantes. Como os filmes sobre artistas plásticos ou mesmo os documentários "sociológicos" de orelha. É a imensa variedade de temas e abordagens que permite observar alguns dos temas preferidos, como por exemplo a cobertura dos recentes fatos envolvendo anistia, volta de exilados ou greves. São eventos tão significativos em si, despertam tanta curiosidade que o filme já está sancionado a priori, pois trará a imagem que foi provavelmente sonegada pelos meios de comunicação de massa, altamente especializados em não informar. Louvável esse papel do curta, mas não se trata de sua verdadeira vocação essa de tapar buracos.

No último dia da VIII Jornada enquanto se discutiam alguns filmes que provocaram opiniões favoráveis como *Disaster Movie* de São Paulo, *Barro Humano* (RJ), *Minha Vida, Nossa Luta* (SP), alguém lembrava da necessidade de dar mais ênfase à discussão sobre a matéria-prima dessa mobilização ali em João Pessoa e de outras milhares de pessoas pelo Brasil afora. Discutir o que é o curta, como ele vem evoluindo, para onde ele vai, o que se privilegia, etc. Essa a grande discussão, que tomará, com certeza, mais espaço nos próximos tempos e que já se sente como indispensável e urgente. E nenhum lugar melhor que a própria jornada, sempre aberta à críticas e sugestões (um dos segredos de seu vigor e longevidade) para organizar o debate. Após o esforço na organização e fortalecimento das entidades, estabelecimento de estratégias, etc., o próximo passo será acertar o foco sobre o próprio filme, proporcionando um sintoma inequívoco da maturidade do curta-metragem brasileiro.

Inimá Simões

A JORNADA DEGOLOU O PALHAÇO

A 8ª Jornada aboliu o Super 8, o que não sensibilizou ninguém, a não ser os superoitistas. Tudo bem. A Jornada tem o pleno direito, assim como qualquer instituição, de se orientar como bem entende. Só que ela não apresenta mais um panorama do curta-metragem brasileiro; ela apresenta um panorama do curta em 16 e 35 mm. Pois, quer queiram quer não os que não gostam de Super 8, ele existe e faz parte do panorama.

É verdade que o Super 8 tem pouco peso na produção voltada para "os mercados". E a Jornada, vide regulamento, só se interessa pela produção voltada para "os mercados". E quem pensar que cinema não é uma mercadoria é um bobo.

Isto é um golpe ótimo para o eixo Rio/São Paulo. Esta Jornada que sistematicamente emite palavras favoráveis à descentralização cultural e à regionalização, esta Jornada que começou como baiana e nordestina, ao eliminar o Super 8, eliminou a quase totalidade da produção nordestina. Pois, quer gostem ou não os organizadores e conselheiros culturais da Jornada, a produção cinematográfica do Nordeste é em grande parte em Super 8. Talvez não seja bom, talvez seja puramente circunstancial, talvez nem gostem os próprios superoitistas, talvez tudo deva mudar – mas no momento é assim. E eliminar Super 8, não é só eliminar a produção nordestina na sua quase totalidade, eliminar mais do que a quase totalidade dos filmes vivos, polêmicos, criativos que se fazem no Nordeste.

Tomando uma medida que tem aparentemente um caráter técnico (questão de bitola), a Jornada assumiu de fato uma posição de política cultural que contribui para a marginalização cultural do Nordeste.

Jean Claude Bernardet